



Senado pode votar prazo para biópsia de câncer no SUS

Proposta já aprovada pela Câmara dá até 30 dias para que o Sistema Único de Saúde faça biópsia e outros exames necessários para a confirmação da doença. Objetivo é acelerar cirurgia e tratamento

O Plenário pode votar hoje projeto que garante aos pacientes do SUS com suspeita de câncer o direito a biópsia em até 30 dias, contados a partir do pedido médico. Caso aprovada, a medida valerá para outros exames necessários para confirmar diagnóstico de câncer. Os senadores também podem votar proposta que inclui as despesas com precatórios entre as exceções previstas na lei que trata do equilíbrio fiscal de estados e do Distrito Federal. **3**



Projeto que proíbe a extinção de tribunais de contas também pode ser votado



Davi fala sobre a reforma da Previdência durante reunião em Nova York

Davi diz nos EUA que reforma da Previdência será aprovada

Em evento para empresários e investidores promovido pelo Bank of America e pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse ontem, em Nova York, que a reforma da Previdência é a condição necessária para o Brasil recuperar a capacidade de investimento e equilibrar as contas públicas.

Davi tranquilizou os participantes ao afirmar que a

reforma será aprovada pelo Congresso, mesmo que haja alguma divergência entre os parlamentares sobre a proposta.

No evento, do qual também participaram outros cinco senadores e os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, Davi ainda defendeu a descentralização de recursos públicos como forma de solucionar as demandas de municípios. **2**



Senador Paulo Paim (4º à esq.) preside debate sobre sistema carcerário

Ressarcimento de despesas por presos deve ser votado hoje

Na Comissão de Direitos Humanos, especialistas defenderam ontem a criação de uma CPI sobre o sistema penitenciário do país, para investigar em especial a gestão orçamentária. Também apoiaram o projeto que obriga os presos a ressarcir o

Estado pelas despesas com a própria manutenção. Soraya Thronicke apresentou ontem à comissão seu relatório sobre a proposta, que deve ser votada hoje. Há acordo para que o projeto siga para o Plenário logo em seguida. **6**

Guedes vai a debate hoje na Comissão de Orçamento **3**

Acessos ao Portal do Senado crescem 57% este ano **2**

Proposta prevê redução de rejeito de barragem **4**

Reforma reduz pensão e aposentadoria por invalidez

Se a reforma da Previdência for aprovada sem alterações no Congresso Nacional, haverá novas regras para pagamento de pensão por morte e aposentadoria por invalidez para servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada. No caso da pensão por morte, o beneficiário receberá 50% mais 10% por dependente. Já a aposentadoria por invalidez ficará limitada em 60%. Hoje os beneficiários recebem 100% nos dois casos. **5**



Trabalhador vai receber 60% do salário em caso de aposentadoria por invalidez

Gerência da dívida pública é alvo de críticas

Em mais um debate da Comissão de Direitos Humanos sobre os efeitos da reforma previdenciária, a gestão da dívida pública foi criticada. Hoje o colegiado debate os efeitos das mudanças para as mulheres. **4**

Projeto exige segurança para vidros de carros

Proposta que obriga o uso de dispositivo antiesmagamento nos vidros elétricos pode ser votado hoje na Comissão de Assuntos Econômicos. A ideia é prevenir acidentes com vidros de fechamento automático. **3**



Multidão assiste, acima e ao fundo do Plenário, à aprovação da Lei Áurea

Em 13 de maio de 1888, Brasil aprovava o fim da escravidão

Passados 131 anos da aprovação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, a data ainda gera polêmica. Alguns preferem lembrar o dia de Zumbi dos Palmares. Mas, para outros, o 13 de maio não deve ser esquecido. **8**

Davi diz nos EUA que nova Previdência será aprovada

Presidente do Senado participou de evento promovido pelo Bank of America e pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, em Nova York, onde falou a investidores e empresários do Brasil e do exterior

A REFORMA DA Previdência é a condição necessária para o Brasil recuperar a capacidade de investimento e equilibrar as contas públicas. Foi o que afirmou ontem o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, em Nova York, em evento promovido pelo Bank of America e pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, onde falou a empresários e investidores do Brasil e do exterior.

— Temos a tranquilidade e a condição de confiar na aprovação da reforma da Previdência para que a gente possa, de fato, trazer o desenvolvimento, a geração de emprego e a construção da diminuição das desigualdades, que são brutais no Brasil — disse Davi.

Para o presidente do Senado, a reforma da Previdência criará o ambiente econômico favorável para atrair os investidores.

— Quero tranquilizar, do lado da política, que os parlamentares podem divergir em algum ponto da reforma, mas que, ao final, todos entendem que é preciso ser feita essa virada de página no Brasil.

Davi disse ainda que é preciso acabar com os extremos em discussões fundamentais para



Davi Alcolumbre (C) acompanha fala de Fernando Bezerra em Nova York

o desenvolvimento do país e que, por isso, tem buscado o diálogo entre os Poderes.

— As instituições estão fortes, estão consolidadas e acredito que, de mãos dadas, podem ajudar a transformar o Brasil. Davi também defendeu a descentralização dos recursos públicos e citou a aprovação da proposta de emenda à Constituição que obriga o governo a liberar a verba de emendas parlamentares de bancada para ações previstas no Orçamento (PEC 34/2019).

— As pessoas querem saber se o transporte chegou, se o hospital tem profissionais e medicamentos, se vão cons-

truir a creche, elas querem que os seus representantes resolvam os problemas. Os prefeitos fizeram uma marcha a Brasília e pediram ao Congresso a possibilidade de sobreviver e os parlamentares ouviram.

Integraram a comitiva de Davi os senadores Fernando Bezerra (MDB-PE), Daniella Ribeiro (PP-PB), Rogério Carvalho (PT-SE), Rodrigo Cunha (PSDB-AL) e Eduardo Gomes (MDB-TO). O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, também participaram do evento.

Sancionada lei que compensa Guaíra (PR) por Itaipu

Foi sancionada a Lei 18.823, que destina ao município de Guaíra (PR) 8% do total dos royalties que a Usina Hidrelétrica de Itaipu repassa aos entes federados diretamente afetados por sua construção. A norma tem origem no PLC 94/2015, aprovado em 20 de março pelo Senado.

A compensação é paga a

estados e municípios afetados diretamente pela construção do reservatório da hidrelétrica, administrada por Brasil e Paraguai.

O critério de distribuição desconsidera que nem todas as áreas inundadas têm o mesmo potencial econômico, conforme ressaltou o senador Flávio Arns (Rede-PR).

Hoje Guaíra recebe 1,85% do valor destinado aos municípios. Segundo o autor da proposta, o ex-deputado Osmar Serraglio, a cidade foi a mais afetada, devido à perda do Salto de Sete Quedas, um dos pontos turísticos mais conhecidos do país na época e responsável por parte importante da receita municipal.

Portal Senado Notícias tem 57% a mais de visitas

O Senado Notícias registrou um aumento de 57,31% no número de pessoas que visitaram o portal no primeiro quadrimestre deste ano. No período, 5,5 milhões de usuários acessaram o site, contra 3,5 milhões, nos primeiros quatro meses do ano passado, segundo dados do Google Analytics.

Para a diretora da Secretaria

de Comunicação (Secom), Angela Brandão, os números mostram que a integração dos veículos é o caminho certo.

— Os números servem também de estímulo, porque são uma forma de aferir que o nosso esforço tem sido compreendido pela sociedade.

O diretor da Secretaria Agência e Jornal do Senado, Flávio

Faria, afirma que um dos responsáveis pelo resultado foi o suporte da Coordenação de Tecnologia da Informação. Outro fator, segundo ele, é o trabalho de equipe.

— Isso é o resultado do esforço de uma equipe sempre preocupada com a qualidade e com a oferta de informação precisa à sociedade.

Cúpula do Senado tem luz roxa por doenças raras

A cúpula e o prédio do Senado serão iluminados na cor roxa até sábado. A iniciativa marca o Dia Nacional das Mucopolissacaridoses — doenças raras genéticas e hereditárias —, celebrado amanhã

“Tal ação visa promover os direitos constitucionais das pessoas com doenças raras, além de conscientizar a sociedade e a classe médica”, afirma a autora do requerimento, senadora Maria do Carmo

Alves (DEM-SE).

As mucopolissacaridoses impedem a produção de enzimas essenciais aos processos químicos vitais. No Brasil, cerca de 13 milhões sofrem com algum tipo de doença rara.

Senadores destacam doutrina espírita criada por Allan Kardec

Os 150 anos da morte de Allan Kardec, fundador do espiritismo, foram lembrados ontem em sessão especial. Escritor e educador, o francês Hippolyte Léon Denizard Rivail nasceu em família católica e morreu em Paris, em 1869, aos 64 anos. Ele adotou o pseudônimo Allan Kardec em seu trabalho de codificação da doutrina espírita.

Autor do requerimento para a homenagem, Eduardo Girão (Pode-CE) ressaltou que Kardec revelou conceitos novos e mais aprofundados

a respeito de “Deus, dos espíritos e das leis que regem a vida”. Ele disse que teve o primeiro contato com a doutrina após uma crise de síndrome do pânico, há 20 anos.

— Minha vida foi transformada pela doutrina espírita.

Nelsinho Trad (PSD-MS) relatou que seu pai e seus tios, hoje mortos, eram advogados e conseguiram absolver um homem em um processo criminal, em Campo Grande, após terem recebido mensagem psicografada pelo médium Chico Xavier.



Eduardo Girão (3º à esq.) e Nelsinho Trad, durante sessão especial

CIDADANIA

Excepcionalmente hoje, o **Jornal do Senado** não publicará o *Especial Cidadania*. A seção será retomada na terça-feira.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Gastos com presos

8h30 Entre 5 itens, o PLS 580/2015, que obriga o preso a ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção.

CE Segurança nas escolas

9h Audiência sobre segurança nas escolas. Às 11h, pauta de 17 itens, entre eles o PL 1.322/2019, que concede meia-entrada para doador regular de sangue.

CAE Franquias

10h O PLC 219/2015, que atualiza o Marco Legal das Franquias, é um dos 11 itens.

CMO Regra de ouro

10h Audiência para discutir o PLN 4/2019, que autoriza crédito suplementar de R\$ 248,9 bilhões para cumprimento da chamada regra de ouro. Foram convidados, entre outros, o secretário-adjunto do Tesouro Nacional e representantes da Secretaria de Orçamento e do Tribunal de Contas da União.

CI Rejeitos de barragens

11h Na pauta de 5 itens, o PL 1.452/2019, sobre redução de rejeitos de barragens.

CPI DE BRUMADINHO Depoimentos

13h Depoimentos de Marilene Christina Araújo e Silmar Silva, funcionários da Vale. Depois, a comissão analisa requerimentos.

CDH A Previdência e as mulheres

14h Audiência para debater Previdência Social, com foco nas mulheres.

CMO Orçamento de 2020

14h Audiência com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir o PLN 5/2019, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h O PLS 163/2018 — Complementar, que retira os precatórios dos limites de aumento das despesas correntes dos estados, estabelecidos pela lei como contrapartida à renegociação das dívidas dos estados com a União, está na pauta.

MP 872/2019 Servidores da AGU

14h30 Análise do relatório.

MP 873/2019 Contribuição sindical

15h Eleição de presidente e vice.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Projeto que garante biópsia em até 30 dias está na pauta do Plenário

O prazo vale para todos os exames necessários para a confirmação de diagnóstico de câncer a serem feitos pelo Sistema Único de Saúde

PROJETO DE LEI que garante aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) com suspeita de câncer o direito à biópsia no prazo máximo de 30 dias, contados a partir do pedido médico, é uma das proposições da pauta de votações do Plenário hoje, a partir das 14h. Se for aprovado, o projeto segue para sanção presidencial. As votações da semana serão conduzidas pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), primeiro-vice-presidente do Senado, já que o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, cumpre agenda nos Estados Unidos até amanhã.

Da deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 143/2018 determina que o limite de até 30 dias valerá para os exames necessários nos casos em que o câncer seja a principal hipótese do médico.

Se a proposta for aprovada, a mudança será feita na lei que já estipula o início do tratamento pelo SUS em no máximo 60 dias a partir do diagnóstico do câncer (Lei 12.732, de 2012). O objetivo é acelerar ainda mais o acesso



Senadores podem votar também inclusão de despesa com precatório entre exceções ao equilíbrio fiscal dos estados

a medicações e cirurgias necessárias. Carmen avaliou que a falta de prazo também para os exames diagnósticos é uma lacuna na lei atual.

Novos casos

Dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca) apontam que 300.140 novos casos foram registrados entre os homens e 282.450 entre as mulheres, somente em 2018. Já os últimos dados de mortalidade por câncer disponíveis apontam para 107.470 homens e 90.228

mulheres no ano passado.

Também pronto para ser votado está o PLS 163/2018 — Complementar, que inclui os precatórios entre as exceções de controle previstos na legislação que trata de estímulos ao equilíbrio fiscal de estados e do Distrito Federal (Lei Complementar 156, de 2016). Essa norma concedeu prazo adicional de 240 meses para o pagamento de dívidas dos estados com a União, no intuito de atenuar os efeitos da crise fiscal.

O projeto, do senador José Serra (PSDB-SP), inclui entre as exceções as despesas referentes aos precatórios.

Outra proposição que deve ser votada é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 2/2017, que proíbe a extinção dos tribunais de contas.

Do ex-senador Eunício Oliveira, a proposta já foi aprovada em primeiro turno pelo Plenário. Se for confirmada em votação em segundo turno, a PEC seguirá para análise da Câmara dos Deputados.

Crise com Venezuela agrava a situação de Roraima, diz Telmário

Telmário Mota (Pros-RR) disse ontem, em Plenário, que Roraima “estagnou, parou no tempo”. Para ele, a crise com a Venezuela agravou ainda mais a situação do estado.

— Roraima hoje não disponibiliza serviços públicos de qualidade para o povo. As cirurgias eletivas estão suspensas. É uma fila enorme para cirurgia ortopédica. Os médicos estão sem receber. O transporte escolar está paralisado. As aulas na zona rural ainda não começaram. A segurança recrudescer, de modo que Roraima grita por socorro para o governo federal — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Reguffe critica governo por não corrigir tabela do Imposto de Renda

Reguffe (sem partido-DF) criticou ontem, em Plenário, o anúncio do presidente da República, Jair Bolsonaro, de que fará a correção dos limites de isenção da tabela do Imposto de Renda somente no ano que vem. O senador disse que a correção foi uma promessa de Bolsonaro ainda na campanha eleitoral e que o déficit nas contas públicas já era de conhecimento geral, sendo impossível creditar a esse fator o adiamento da implantação da medida. Para ele, a manutenção dos atuais limites é uma forma indireta de aumentar a carga tributária sobre o contribuinte.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Comissão de Orçamento ouve Guedes e recebe relatório preliminar da LDO

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Marcelo Castro (MDB-PI), anunciou que um relatório preliminar do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 (LDO — PLN 5/2019) deve ser lido hoje.

O senador explicou que o deputado Cacá Leão (PP-BA) lerá seu relatório após a audiência com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Marcelo Castro lembrou que a presença do ministro na co-

missão faz parte da tramitação do projeto da LDO, conforme previsão regimental.

A LDO estabelece as metas e prioridades do governo para o ano seguinte.

Recursos

A lei fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar, traçar regras, vedações e limites para as despesas dos poderes, além de outros assuntos orçamentários.

O texto do Executivo prevê

que o salário mínimo será reajustado para R\$ 1.040 no próximo ano, sem ganho real (acima da inflação). De acordo com Castro, já há consenso no Congresso Nacional a respeito da necessidade de austeridade em relação a esse tema. O senador ressaltou que o país está vivendo um momento “muito grave” e que numa situação dessa é difícil prever um ganho acima da inflação.

Castro também disse reconhecer que o reajuste acima

da inflação em governos anteriores foi um ganho extraordinário para o salário mínimo, mas que hoje um grande reajuste estaria fora da realidade.

— Foi uma política vitoriosa, é evidente que a gente queria mais. Mas temos que ser realistas: o momento financeiro que o país está passando não permite a gente pensar em ganho real de salário. É momento de pensar em mais empregos — afirmou o senador.

Colegiado pode tornar obrigatório sistema de segurança em carros

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa hoje projeto que torna obrigatório o uso de dispositivo antiesmagamento nos vidros elétricos de automóveis. Do ex-senador José Pimentel, o PLS 150/2018 busca prevenir acidentes causados por vidros elétricos de fechamento automático.

O sistema antiesmagamento garante que o vidro do carro pare de subir ao detectar a presença de algo que impeça o fechamento completo. Quando isso acontece, o sentido é invertido, ou seja, o dispositivo volta

a abrir a janela. A ausência da proteção pode levar a acidentes graves e até à morte por estrangulamento, especialmente de crianças. O senador cita que não há pesquisas para o Brasil. Mas nos Estados Unidos, nos últimos 15 anos, mais de 80 crianças foram vítimas desse tipo de acidente.

A presença do dispositivo já é prevista em uma Resolução de 2013 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), mas algumas empresas têm recorrido à Justiça contra a obrigatoriedade dos dispositivos.

Projeto prevê que União promova feira de ciências em escola pública

A Comissão de Educação (CE) vota hoje projeto que torna a União responsável pela realização de feiras de ciência e tecnologia em escolas públicas de ensino médio. Da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), o PLS 360/2017 prevê que os eventos sejam realizados todos os anos, em parceria com os estados e com o Distrito Federal. Caso seja aprovado pela CE, o texto poderá seguir para a Câmara.

O relator, senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), apresentou parecer favorável e

sugeriu, por meio de emenda, que a iniciativa contemple também a rede pública de ensino fundamental, que é municipal.

Também está na pauta o PL 1.153/2019, que sugere medidas para garantir mais segurança aos atletas em formação nos clubes que os abrigam. O autor, Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), tomou a iniciativa após a tragédia ocorrida no centro de treinamento do Flamengo, no Rio de Janeiro, em fevereiro, quando um incêndio matou dez adolescentes.

Obras de saneamento devem ser priorizadas, afirma Kajuru

Jorge Kajuru (PSB-GO) denunciou a existência de 477 obras de saneamento básico sem conclusão.

Segundo ele, a situação é decorrente da falta de pagamento, da burocracia e da ineficiência.

No país, 30 milhões de brasileiros ainda não têm acesso à água potável e à coleta e tratamento de esgoto, declarou.

— A falta de saneamento está associada a surtos de diarreia, hepatite A e outras doenças.

O senador disse que, na próxima reunião de líderes, vai pedir prioridade para o PLS 326/2017, de Rose de Freitas (Pode-ES), que privilegia recursos federais para a conclusão de obras de saneamento básico.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Gestão da dívida pública é criticada em debate

Prioridades da equipe econômica e declarações de Paulo Guedes sobre os gastos com a Previdência também foram reprovadas ontem na Comissão de Direitos Humanos

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debateu ontem aumento da dívida pública no país e a proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019). As prioridades da política econômica e a gerência da dívida pelas autoridades governamentais foi criticada pela maior parte dos participantes.

A coordenadora da ONG Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fatorelli, lamentou a proposta de introdução do regime de capitalização na Previdência. Ela chamou de “mentirosa” a justificativa do ministro da Economia, Paulo Guedes, dada durante audiência na Câmara, relacionando o aumento da dívida com os gastos da Previdência. Também negou que a dívida poderá sair do controle se a proposta não for aprovada ou se não forem mantidas as principais diretrizes do texto do governo.

Maria Lucia citou outra declaração do ministro da Economia, dada em 28 de fevereiro durante a posse de Roberto Campos Neto na presidência do Banco Central (BC), de que o R\$ 1 trilhão a ser economizado com a reforma da Previdência em dez anos servirá para pagar os custos de transição do regime distributivo para o de capitalização.

— Essa pérola saiu da boca de Paulo Guedes. Admitindo que o R\$ 1 trilhão, dos quais quase R\$ 750 bilhões provenientes de pessoas pobres, serão direcionados aos bancos, visando pagar parte da capitalização. O R\$ 1 trilhão não será para resolver a questão fiscal, não será usado em investimento de infraestrutura ou em programas sociais, será para entregar aos bancos — afirmou.

Fazendo uma analogia com os custos de transição verificados na recente reforma da Previdência feita na Argentina,



Comissão de Direitos Humanos está promovendo ciclo de debates sobre os efeitos da reforma previdenciária

a Auditoria Cidadã da Dívida estima que no Brasil esses custos possam chegar a R\$ 10 trilhões. Segundo ela, essa seria a razão para o governo esconder os dados.

Maria Lucia reclamou que as dezenas de bilhões de reais de superávits anuais verificados entre 1988 e 2015 foram desviados para arcar com os juros da dívida pública durante todo o período e que, a despeito disso, a dívida explodiu.

— Mecanismos ilegais, como a remuneração diária da sobra de caixas dos bancos, são responsáveis por R\$ 1,2 trilhão da dívida. Se o governo quer R\$ 1 trilhão, não precisa destruir a seguridade social, basta parar de remunerar as sobras de caixa dos bancos.

Outras críticas

O secretário-geral da Intersindical, Edson Carneiro, chamou Paulo Guedes de “cara de pau” por ter dito na CCJ da Câmara que o Brasil ainda passará por mais “30 anos de juros altos”, mas que dessa vez isso “será positivo para a classe trabalhadora”, pois servirá como fonte de financiamento para financiar a transição para a capitalização. Ele avaliou que essa proposta

apenas trará mais recessão e desemprego, num cenário em que dezenas de milhões de pessoas vivem de trabalhos precários e informais.

O economista Rodrigo Ávila apresentou gráficos com dados do governo, demonstrando que, entre 1995 e 2015, o superavit primário passou de R\$ 1 trilhão, montante muitas vezes superior à dívida interna em 1995, que girava em torno de R\$ 86 bilhões. A despeito disso, o endividamento não parou de crescer e hoje passa de R\$ 5,5 trilhões. Vieira citou levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) de 2014 que detectou que R\$ 3,3 trilhões do endividamento até aquele ano tinham como origem mecanismos de apropriação relacionados às taxas de juros do BC.

— Isso deixa claro que o país precisa investigar os mecanismos de formação dessas taxas de juros. O BC justifica que prioriza o combate à inflação, mas o IPCA também nos indica que os preços administrados são o dobro dos índices oficiais já há muitos anos — reclamou.

O presidente do Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior

(Andes), Antonio Gonçalves Filho, avalia que a reforma é parte do projeto de desmonte do pacto social da Constituição de 1988. A iniciativa conta, no seu entender, com forte apoio de setores poderosos da elite brasileira e internacional ligadas ao sistema financeiro.

Contraponto

O subsecretário de Previdência Complementar do Ministério da Economia, Paulo Fontoura Valle, defendeu as políticas do governo. Ele lembrou que os juros altos praticados a partir do Plano Real foram fundamentais para o controle da inflação. O governo buscava atrair capital internacional e formar reservas cambiais, para se prevenir de instabilidades externas.

Fontoura ainda detalhou que diminuir os juros e controlar a inflação continuam sendo prioridades e que a aprovação da reforma da Previdência será “alvissareira” na consecução desses objetivos. Acrescentou que a baixa nos juros abrirá espaço orçamentário para a rolagem da dívida, reduzindo sistematicamente a pressão desse gasto com o passar do tempo. O subsecretário lembrou ainda que a proposta garante

Impacto da reforma na vida das mulheres será discutido hoje

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizará mais uma audiência pública sobre a Reforma da Previdência hoje, às 14h, com foco no impacto que a reforma terá sobre as mulheres.

A PEC 6/2019 tem sido muito criticada por grupos feministas, para os quais a aprovação prejudicará a vida das trabalhadoras. Alguns pontos da proposta que desagradam as mulheres estão relacionados à desconsideração da divisão sexual do trabalho e da dupla jornada feminina, ao aumento da idade mínima de aposentadoria, ao aumento do tempo de contribuição para receber o benefício integral e à redução do valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e das pensões por morte e invalidez.

pelo menos um salário mínimo como aposentadoria e que, por isso, não haveria riscos de trabalhadores sofrerem calote ou de receberem valores menores numa eventual adoção do sistema de capitalização.

Mais que isso, disse, é necessário corrigir o atual sistema previdenciário porque a estrutura social e a expectativa de vida no Brasil mudaram.

— Isso é fato: estamos vivendo mais e a taxa de natalidade vem caindo — afirmou, calculando que o envelhecimento da população mina o sistema solidário da Previdência.

Texto prevê redução de rejeitos de barragens

A Comissão de Infraestrutura (CI) pode analisar hoje, a partir das 11h, projeto que prevê o reaproveitamento e a redução de rejeitos produzidos em barragens.

Com apenas dois artigos, o PL 1.452/2019 altera a Lei 12.334, de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), para harmonizá-la à Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecida pela Lei 12.305, de 2010.

O relator é o senador Carlos Viana (PSD-MG), favorável à aprovação do texto com emenda de sua autoria, que

inclui as barragens industriais no escopo do projeto. A proposta, de autoria de Rose de Freitas (Pode-ES), ainda será analisada pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Rose defende a redução da geração e o reaproveitamento de rejeitos de mineração, bem como seu reaproveitamento, e cita como exemplo do perigo das barragens as recentes tragédias em Mariana e Brumadinho (MG).

Carlos Viana estima que foram geradas cerca de 5 bilhões de toneladas de rejeitos de mineração so-

mente no período de 2000 a 2014. Em relação a tragédias provocadas por barragens industriais, o relator cita acidente ocorrido em Cataguases (MG), em 2003.

Ferrovias

A comissão deverá votar ainda requerimento do senador Jean Paul Prates (PT-RN) para debate sobre o PLS 261/2018, do qual é relator, que permite à iniciativa privada a construção e a operação de suas próprias ferrovias. Do senador José Serra (PSDB-SP), o projeto tramita atualmente na CI.

CPI de Brumadinho ouvirá hoje funcionários da mineradora Vale

A CPI de Brumadinho vai ouvir hoje, às 13h, o ex-diretor de Operações do Corredor Sudeste, Silmar Silva, e a funcionária do setor de gestão de riscos geotécnicos da Vale Marilene Araújo.

Para o relator, Carlos Viana (PSD-MG), os funcionários precisam esclarecer quais fatos eram de seu conhecimento e quais ações foram tomadas para mitigar os riscos.

Sobre Silmar Silva, o relator quer esclarecer quais responsabilidades podem ser atribuídas ao diretor e à Vale.

Em depoimento à Justiça, Makoto Namba, auditor da Tüv Süd, empresa responsável pelos laudos que atestaram a estabilidade da barragem, descreve Marilene como uma das interlocutoras da Vale com sua empresa, no processo de elaboração e assinatura dos laudos. Ela é citada nos e-mails trocados entre Namba e outro auditor da Tüv Süd, Arsênio Negro Junior, como participante das reuniões sobre os laudos de estabilidade. A funcionária chegou a ter prisão temporária decretada.

Reforma reduz pensão por morte e invalidez

A previsão do governo é de economizar R\$ 190 bilhões com a diminuição do valor dos benefícios. Para Felipe Salto, da IFI, a economia é importante para superar o déficit público

Patrícia Oliveira



A MAQUIADORA MICHELLE Peres Gomes, de 33 anos, moradora de Valparaíso de Goiás (GO),

tem direito a pensão pela morte do marido, causada por infecção por hantavírus em 2017. Ele trabalhava como vigilante e ela agora recebe R\$ 1,9 mil para cobrir as despesas com os dois filhos, de 12 e 8 anos.

O dinheiro é usado para pagar despesas de luz, água, condomínio, transporte escolar e vestuário dos filhos. Para complementar a renda, Michelle passou a trabalhar fora e conta com a ajuda da avó das crianças em casa.

— A pensão é fundamental. Dependo dela para quase tudo, sem ela nem teria como sobreviver — afirmou.

Assim como Michelle, milhões de pessoas no Brasil dependem da pensão por morte para sustentar a família. Atualmente o valor do benefício equivale a 100% da aposentadoria recebida pelo segurado ou ao valor a que teria direito se fosse aposentado por invalidez. Se houver mais de um dependente, a pensão é dividida entre eles.

Se a reforma da Previdência proposta pelo governo federal (PEC 6/2019) for aprovada sem alterações no Congresso, haverá novas regras para pagamento do benefício para dependentes de servidores públicos, do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), e trabalhadores da iniciativa privada, do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O valor da pensão passará a ser gradual, de acordo com o número de dependentes.

A regra geral para o cálculo da pensão será a seguinte: 50% do valor do benefício que o segurado recebia (parcela fixa) mais 10% por dependente (cota individual para o cônjuge ou o filho não emancipado menor de 21 anos), até atingir o máximo de 100%. O limite do RGPS é o valor do teto do INSS: R\$ 5.839,45 em 2019.

O valor de 60% corresponde a 20 anos de contribuição previdenciária. Se os pagamentos ultrapassaram esse período, o valor será acrescido de 2% para cada ano. O benefício será de 100% em caso de morte por acidente de trabalho e doenças profissionais. As pensões concedidas antes de a nova lei entrar em vigor não terão seus valores alterados.

Analistas da proposta questionam a falta de definição de



Agência da Previdência Social: reforma prejudica principalmente o trabalhador de baixa renda, avalia Paulo Paim

valor mínimo para o pagamento do benefício, abrindo a possibilidade de a pensão ficar abaixo de um salário mínimo, o que é proibido pela Constituição.

Na avaliação do economista Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, a questão deve ser discutida pelo Congresso para solucionar o problema de vincular as políticas sociais ao salário mínimo.

— Vamos acabar então com a indexação? Não necessariamente. Pode-se criar um indicador social para indexar os benefícios sociais ou colocar valores que sejam um pouco abaixo para evitar a correção automática. Há vários caminhos que podem ser escolhidos para que a política de salário mínimo tenha mais liberdade para ser corrigida — analisa.

Acúmulo de benefícios

Além disso, a proposta do governo limita o acúmulo de pensão por morte com aposentadoria. Atualmente é permitida a soma desses benefícios de forma integral. Também é possível o acúmulo de aposentadorias de diferentes tipos de regimes (público e privado).

Pelo texto da PEC, o segurado escolherá o benefício de maior valor, mantido em 100%, e receberá um percentual adicional do segundo, que terá descontos em percentuais crescentes em função do valor, até quatro salários mínimos. Quanto maior a soma dos benefícios, maior será esse limite.

A nova regra não será aplicada às exceções previstas em lei: caso dos médicos e professores ou no acúmulo das aposentadorias do INSS com as do serviço público.

Caso a reforma seja aprovada, as mudanças serão mais sentidas pelos dependentes dos servidores públicos falecidos, com a redução dos valores pagos pelo RPPS. Quanto menor for a média do salário de contribuição, menor será o valor da pensão por morte, independentemente do valor da última remuneração.

A projeção dos analistas é de que os atuais servidores e os que ingressaram no serviço público antes da criação da previdência complementar (pela Lei 12.618, de 2012) e não migraram para o novo regime, ou antes da promulgação da emenda constitucional, sejam bastante onerados.

Invalidez

A proposta de reforma da Previdência também reduz o valor do benefício do segurado que precisa se afastar do trabalho por estar sem condição física ou mental de exercer a sua atividade profissional. O texto substitui o conceito de aposentadoria por invalidez permanente para o de “incapacidade permanente para o trabalho”, quando for impossível reabilitar ou reaproveitar o trabalhador em outra área.

Pelas regras atuais, um segurado incapaz de trabalhar, e que contribuiu para a Previdência por 20 anos, receberá 100% da média salarial calculada sobre as maiores remunerações. Com a reforma, esse segurado receberá valor equivalente a 60% da média salarial, contando todos os salários. Se ele tiver mais de 20 anos de contribuição, terá direito a um acréscimo de 2% para cada ano de recolhimentos.

A exceção é a aposentadoria por acidente de trabalho ou doença profissional, em que o segurado receberá 100% da média de remunerações, independentemente do tempo de contribuição. Em qualquer dos casos, o valor de um salário mínimo ficaria garantido como benefício por invalidez.

Representante do Grupo Vítimas da Invalidez (GVI), José Antonio Freitas lembra que a aposentadoria integral é concedida somente aos que ingressaram no serviço público até 2003 e forem vítimas de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, como prevê a Constituição.

— A lei contempla menos de uma dúzia de doenças. Aos demais, é garantida somente a paridade — lamenta.

O grupo trabalha com os parlamentares para oferecer uma emenda ao texto da reforma. A emenda é oriunda de outra proposta, a PEC 56/2014, da ex-deputada Andreia Zito, desarquivada a pedido do senador Paulo Paim (PT-RS).

A proposta concede proventos integrais ao servidor que ingressou no serviço público até 2003, e for aposentado por invalidez permanente, independentemente da circunstância que motivou a aposentadoria. Dessa forma, os benefícios já concedidos deverão ser recalculados.

— Mas o relator [o então senador Romero Jucá] já se manifestou contrário ao pagamento dos proventos de aposentadoria integral com paridade aos aposentados da ativa que cumprirem o tempo exigido — completou Freitas.

Impacto

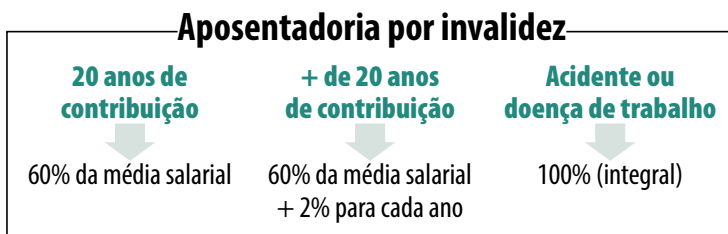
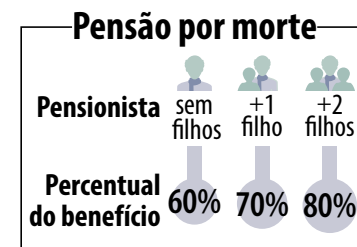
Com a reforma das pensões por morte e aposentadorias por invalidez, os cálculos da IFI apontam para uma economia

nas contas públicas em torno de R\$ 175 bilhões em dez anos. Nas estimativas do governo, o valor chega a R\$ 190 bilhões.

— Temos um déficit público elevado, qualquer centavo é importante — diz Salto.

Para os críticos da reforma, como Paulo Paim, presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), o trabalhador de baixa renda e que sempre contribuiu para a Previdência é o mais prejudicado.

— Vai na mesma linha, porque tanto os aposentados por invalidez quanto os pensionistas, e também os deficientes, todos serão prejudicados. O governo diz que vai combater os privilégios. Diga-me, quais? Eu não consigo enxergar um privilégio que ele combata ali. O servidor, como já está no regime acima do teto do regime geral, como já está na capitalização, o governo paga metade e eles pagam a outra metade, também não são tão prejudicados. Os maiores prejudicados são os pobres. Porque hoje a aposentadoria por invalidez é integral, então como vai ser parcial todos perderão. Não tem ninguém que ganhe com essa reforma, o servidor não ganha, o trabalhador do regime geral não ganha e os tais dos privilégios de que eles falam, eles não atacam — avaliou Paim.



| Valor | Limite do 2º benefício |
|------------------------------|------------------------|
| Até 1 salário mínimo | 80% |
| Entre 1 e 2 salários mínimos | 60% |
| Entre 2 e 3 salários mínimos | 40% |
| Entre 3 e 4 salários mínimos | 20% |
| Acima de 4 salários mínimos | Não recebe |

Servidores — pensão por morte

Ingressou **ANTES** do regime de previdência complementar e **NÃO MIGROU**:

Morte aposentado — valor total do benefício até o limite máximo do RGPS mais 70% da parcela excedente

Morte servidor ativo — valor total do benefício que receberia se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito*

Ingressou **DEPOIS** do regime de previdência complementar:

Morte aposentado — valor total do benefício até o limite máximo do RGPS

Morte servidor ativo — valor do benefício que receberia se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito

*O cálculo da aposentadoria por incapacidade permanente é 60% da média dos salários de contribuição somados a 2% para cada ano que exceder 20 anos de pagamentos para a Previdência.

Audiência defende uma CPI sobre sistema penitenciário

Convidados pediram a investigação da gestão orçamentária do sistema carcerário e apoiaram o projeto de lei que cria a obrigação de presos ressarcirem ao Estado as despesas com a própria manutenção no presídio

ESPECIALISTAS DEFENDE- RAM A criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a gestão do sistema penitenciário do país. Eles debateram ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH) o projeto que cria a obrigação de pessoas presas ressarcirem ao Estado despesas com a própria manutenção no estabelecimento prisional (PLS 580/2015). O debate foi requerido pela senadora Zenaide Maia (Pros-RN).

A advogada criminalista Clarissa Tatiana Borges, representante do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, afirmou que o Brasil tem a terceira maior população carcerária, ficando atrás de Estados Unidos e China. Ela sugeriu que o Brasil passe a investir em alternativas ao encarceramento para diminuir o número de presos.

O advogado Roberto Lassere disse que os 737 mil presos do país custam anualmente R\$ 17 bilhões ao Estado. A Lei de Execuções Penais (LEP), lembrou, já prevê a possibilidade de trabalho para detentos, mas atualmente apenas 9% dos presos brasileiros trabalham e 13% estudam na cadeia. Ele afirmou que 70% dos presidiários voltam a delinquir quando são soltos e que métodos alternativos, que incluem trabalho e estudo, têm reincidência de 15%.

A professora do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) Carolina Ferreira disse que apenas 22% das instituições penais do país têm condições de oferecer trabalho aos presos. Ela defendeu uma maior fiscalização dos repasses aos estados de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), com auxílio do Tribunal de Contas da União.

O desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal George Lopes Leite disse que a maioria dos presos brasileiros não têm sequer condições de



Carolina Ferreira, George Leite, Paulo Paim, Clarissa Borges e Roberto Lassere

pagar as custas do próprio processo, que giram em torno de R\$ 200. Ele afirmou também que, no Brasil, 35% estão presos provisoriamente.

Diretor da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Luiz Antonio Colussi defendeu a contratação de presos por empresas privadas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que hoje é vedado pela legislação.

O representante da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), Cleber Pinheiro Costa, disse que o preso em Apacs custa um terço do custo de um preso em penitenciária tradicional, pois

há estudo e trabalho para todos.

A relatora do PLS 580/2015, Soraya Thronicke (PSL-MS), informou que mais de 45 mil pessoas declaram apoio à proposta por meio do Portal e-Cidadania, contra pouco mais de 1,4 mil contrários.

Buscando atender presos sem condições financeiras e considerando que o Estado nem sempre terá condições de prover oportunidades de trabalho para os presos, a senadora sugere em seu relatório a suspensão da exigibilidade do débito por até cinco anos, aguardando uma eventual modificação da condição econômica do devedor, extinguindo-se a obrigação após esse prazo.

Obrigação de preso ressarcir o Estado deve ser votada hoje e ir para Plenário

Soraya Thronicke apresentou ontem à CDH seu relatório sobre o PLS 580/2015. A proposta deve ser votada hoje na comissão. Há acordo para que o projeto siga para votação no Plenário logo em seguida.

Soraya acatou emenda sugerida por Humberto Costa (PT-PE) que trata das pessoas presas provisoriamente. A senadora concordou com a visão de que a ausência de uma sentença definitiva deve impedir o ingresso

imediatamente nos cofres públicos de valores descontados da remuneração ou pagos com recursos próprios. Nesses casos, as quantias recebidas pelo Estado serão depositadas judicialmente. Soraya também introduziu um teto no desconto das despesas com a manutenção do preso, caso ele não tenha condições de arcar com todos os custos. O desconto será fixado em até um quarto da remuneração recebida pelo preso.

Projeto proíbe saídas de pessoas condenadas por matar pai ou mãe

Aguarda relatório na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei que altera a Lei de Execução Penal (LEP) para proibir a saída temporária, no Dia das Mães e no Dia dos Pais, de presos condenados por homicídio doloso contra seus genitores. A proposta (PLS 266/2018) é de autoria do então senador Pedro Chaves e o relator é o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ).

Pelo Código Penal, o crime doloso é quando o criminoso “quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo”, ao contrário do crime culposo, que é quando a pessoa provoca o resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

Reguladas pela LEP, as saídas temporárias (também conhecidas como saídas ou saídas) são concedidas a presos em datas comemorativas, como Natal, Páscoa e Dia das Mães. O objetivo é que os detentos do regime semiaberto possam sair da prisão para confraternizar com familiares, o que ajudaria

na sua ressocialização.

Na manhã do dia 8 de maio, Suzane Von Richthofen deixou a Penitenciária Feminina de Tremembé (SP) para usufruir do saído do Dia das Mães. Ela foi sentenciada em 2006 a 39 anos de prisão por ser mandante e coautora do assassinato dos pais, em 2002. Suzane já recebeu o mesmo benefício em outros anos.

— É absurdo e imoral permitir a saída temporária, para o Dia dos Pais ou Dia das Mães, quando o condenado matou um dos genitores. Se matou a mãe e não tem filhos, quem o condenado visitará no Dia das Mães? O benefício, nessas situações, desacredita o sistema de Justiça criminal — afirmou Flávio Bolsonaro à Agência Senado, prometendo para breve o relatório sobre a proposta.

Se aprovada na CCJ, o projeto pode seguir direto para análise da Câmara dos Deputados, a não ser que haja recurso de senadores para que seja votada também pelo Plenário do Senado.

Styvenson cobra a instalação da CPI dos Tribunais Superiores

Styvenson Valentim (Pode-RN) elogiou ontem a Operação Balcão — deflagrada para investigar uma suposta compra de decisão no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio Grande do Norte.

Na visão do senador, a Operação Balcão só ratifica a existência de corrupção no Judiciário. E, dessa forma, reafirma a necessidade da instalação da CPI dos Tribunais Superiores.

— Estou com uma sensação de que estamos desamparados, porque se a própria Justiça é corrupta, temos o quê? Uma raposa cuidando do galinheiro? Por isso, eu defendo novamente que instalemos a CPI.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Izalci Lucas faz balanço dos 100 dias de trabalho no Senado

Izalci Lucas (PSDB-DF) fez ontem um balanço de seus primeiros 100 dias de trabalho no Senado. Ele destacou que desde que assumiu o mandato tem defendido a transparência dos atos públicos e, assim, defendeu o voto aberto na eleição da Mesa Diretora da Casa.

O senador informou que destacou igualmente a destinação de emendas para a saúde, educação, ciência, segurança e assistência social.

— No âmbito do DF, desativamos R\$ 132 milhões em emendas, quase a totalidade de recursos do orçamento destinado pela bancada federal em 2018, para saúde, educação e segurança.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Mesa do Senado Federal

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

Secretaria de Comunicação Social

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

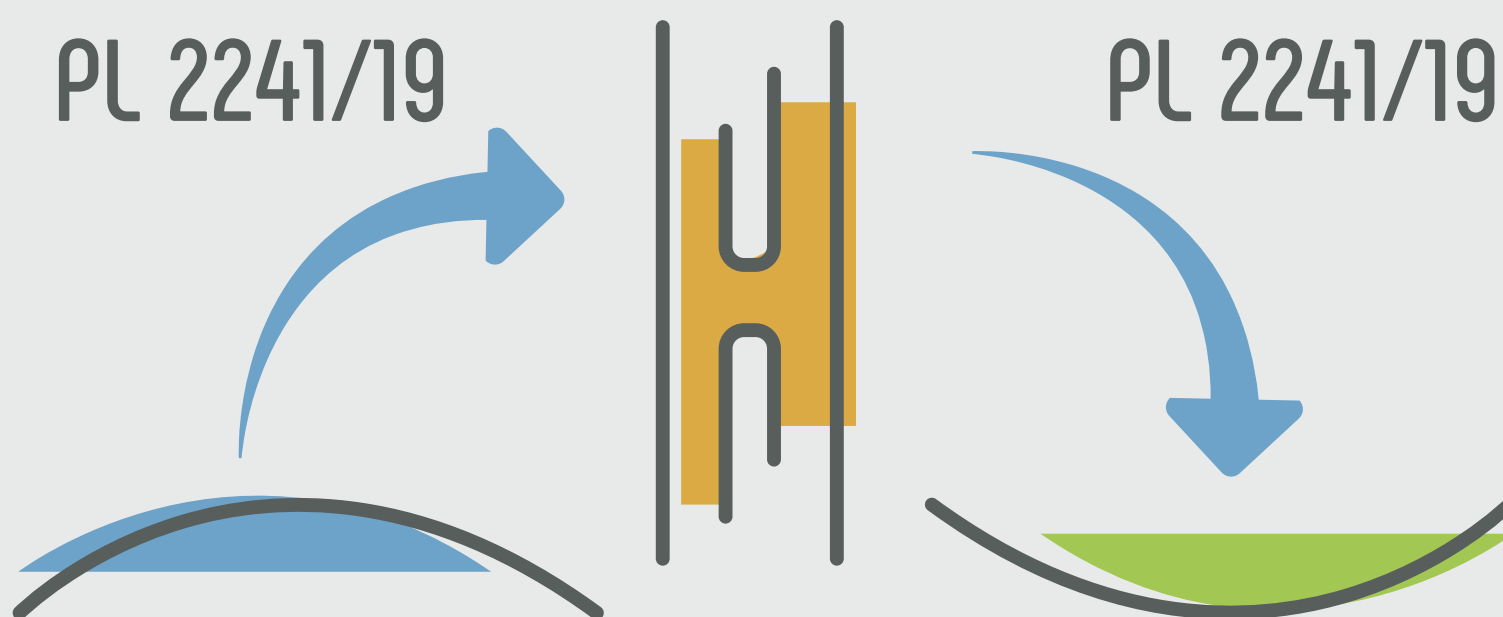
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



A partir de 2019, projetos que tramitarem entre o Senado e a Câmara vão manter sigla, número e ano originais.

É mais transparência e mais facilidade para o cidadão.

Entenda melhor em
www.senado.leg.br/simplificou



Há 131 anos, Senado aprovava fim da escravidão

Em um trâmite de apenas cinco dias, a Câmara e o Senado do Império aprovaram o projeto de lei que extinguiu a escravatura no Brasil e foi sancionado como a Lei Áurea

Carlos Penna Brescianini

CELEBRADA PELOS ABOLICIONISTAS, odiada pelos escravistas, criticada por setores do movimento negro, abandonada pelo currículo escolar, 13 de maio de 1888 é a data em que foi sancionada a abolição da escravatura no Brasil. Em um trâmite que durou apenas cinco dias, a Câmara e o Senado do Império do Brasil aprovaram o projeto de lei que extinguiu por completo a escravatura: a Lei Áurea.

O senador Paulo Paim (PT-RS) ressaltou a importância do 13 de Maio.

— O dia de Zumbi dos Palmares é a data que o movimento negro tem como afirmação de sua luta pela igualdade de direitos. Mas o 13 de Maio é fundamental, pois foi a sanção de uma lei originária do Legislativo e que oficializou o fim dessa página terrível.

Ele fez um paralelo entre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Lei Áurea.

— A CLT, que Getúlio Vargas outorgou em 1943, foi um marco na organização do que passou a ser aceito como trabalho e o que não seria mais aceito. Ou seja, traçou uma linha entre o que seria escravidão e o que seria trabalho — disse Paim.

História

A princesa Isabel de Orleans e Bragança, exercendo a regência pela ausência de seu pai, o imperador dom Pedro II, do país, abriu o ano parlamentar de 1888, em 3 de maio, com um discurso que pedia o fim da escravatura. Em 8 de maio daquele ano, o ministro da Agricultura, Rodrigo Augusto da Silva, enviou o projeto de abolição da escravatura ao Parlamento. Em 10 de maio, o texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados e, em 13 de maio, pelo Senado. No mesmo dia, a lei foi sancionada pela princesa. Tudo em regime de urgência e com forte oposição dos escravistas.

O senador João Maurício Wanderley — o Barão de Cotegipe, porta-voz da bancada escravista no Senado — declarou que a abolição mergulharia o país em uma crise econômica, com consequências políticas. E após a sanção da lei pela princesa Isabel, afirmou que isso causaria o fim do Império.

— Precisamos dos escravos. A senhora acabou de redimir uma raça e perder o trono!

Por sua vez, Joaquim Nabuco, deputado, diplomata e antiescravagista, relatou em seu livro *O Abolicionismo* que os fazendeiros escravistas prejudicados com a abolição se tornaram inimigos do Império, passando



Princesa Isabel, num dos balcões do Paço da Cidade, é aplaudida pela multidão depois de sancionar a Lei Áurea

a defender a República.

— A ideia, adrede [intencionalmente] espalhada entre os fazendeiros, de que o imperador era o chefe do movimento contra a escravidão de repente engrossou as fileiras republicanas com uma leva de voluntários saídos de onde menos se imaginava [dos fazendeiros].

Por 388 anos, o Brasil teve sua economia ligada ao trabalho escravo: extração de ouro e pedras preciosas, cana-de-açúcar, criação de gado e plantação de café. A mão de obra escrava era a força motriz dessas atividades. E os fazendeiros escravocratas tornaram-se o grande sustentáculo econômico do regime imperial. A residência da família imperial no Rio de Janeiro (o Palácio da Quinta da Boa Vista) havia sido doada em 1808 por Elias Antônio Lopes, um português que fizera fortuna com o tráfico de escravos da África ao Brasil.

Somente após a Guerra do Paraguai (1864-1870) foi que, nos estados (na época chamados de províncias), onde esses fazendeiros não detinham o poder absoluto, as teses abolicionistas gradualmente puderam ganhar força. Um caso relevante foi o da província do Ceará, que aboliu a escravidão em 25 de março de 1884, por obra do presidente da província, Sátiro de Oliveira Dias.

A decisão foi o ponto culminante de uma recusa, iniciada

em 1881, dos jangadeiros liderados por Francisco José do Nascimento (conhecido como Chico Matilde e, mais tarde, como Dragão do Mar) em transportar os escravos cearenses para os navios negreiros que os levariam para o sul do Brasil.

Lutas

O senador Cid Gomes (PDT-CE) reforça que a abolição foi uma construção de lutas, em que há datas importantes, mas todos os fatos têm muito valor.

— Os cearenses destacam o 25 de março de 1884 por ser uma antecipação do que seria obtido em 13 de maio de 1888. E é importante lembrar que o movimento negro comemora o 20 de Novembro, dia da morte de Zumbi de Palmares. Na verdade, no momento atual, os números estão aí para mostrar que até hoje os negros e pardos do país têm o menor poder aquisitivo e o menor espaço em empregos e universidades.

O consultor do Senado Fernando Trindade, que é historiador, afirma que a abolição foi uma luta política e econômica. E concorda com a tese que liga a abolição da escravidão com a Proclamação da República.

— Tenho a convicção que há uma relação entre o fim da escravidão e a Proclamação da República. Vários escritores e políticos da época citam o movimento dos ex-donos de

escravos que exigiam serem indenizados e receberam um não da princesa Isabel.

Em 2007, o Memorial Visconde de Mauá tornou pública uma carta da princesa Isabel ao Visconde da Santa Victória, sócio de Mauá. Nela, a princesa relatava estar conseguindo uma verba para indenizar os escravos, e não seus ex-proprietários. E que se tal fato fosse descoberto, os fazendeiros e os militares se juntariam contra dom Pedro II e a família imperial.

“Com os fundos doados, teremos oportunidade de colocar esses ex-escravos, agora livres, em terras próprias, trabalhando na agricultura e na pecuária e delas tirando seus próprios proventos. Deus nos proteja de os escravocratas e os militares saberem desse nosso negócio, pois seria o fim do atual governo e mesmo do Império e da Casa de Bragança no Brasil”, escreve a princesa.

E realmente, em poucos me-

ses, o imperador foi derrubado. Logo após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889 — um ano e meio depois do fim da escravidão —, os antigos proprietários de escravos passaram a exigir do recém-nomeado ministro da Fazenda, Ruy Barbosa, reparações pela perda de seus escravos.

Eliminação

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) defende a atitude de Ruy Barbosa, que, pressionado pelos fazendeiros ex-donos de escravos, mandou queimar todos os registros contábeis de compra e venda de escravos no Brasil. A medida radical eliminou todos os registros que possibilitariam as indenizações exigidas pelos fazendeiros. Os chamados “indenizistas” exigiam uma reparação financeira da jovem República, que mal se sustentava economicamente.

— Ruy Barbosa tomou a medida justa e adequada, pois preservou o Tesouro Nacional e preveniu uma injustiça. O Brasil tinha sido o último país das Américas a abolir a escravidão e ainda teria de pagar depois indenizações astronômicas aos fazendeiros — avalia Randolfe.

O senador lembra que a base política que deu sustentação a esse período, chamado de República Velha, foi formada pelos fazendeiros do café em São Paulo e do gado em Minas Gerais, o grande grupo que havia perdido seus escravos em 1888. E que essa base altamente instável levou o país à crise econômica de 1929 e à Revolução de 1930, que alçou Getúlio Vargas ao poder e encerrou esse período.

Paim lembra abolição e cita desumanidade do período no Brasil

O 13 de Maio é uma data simbólica para que não seja esquecido o longo período de desumanidade que constituiu a escravidão, disse Paulo Paim ontem em Plenário. Ele lembrou que a Lei Áurea foi aprovada no Brasil somente após pressão da Inglaterra, a qual não aceitava o vergonhoso tráfico de africanos.

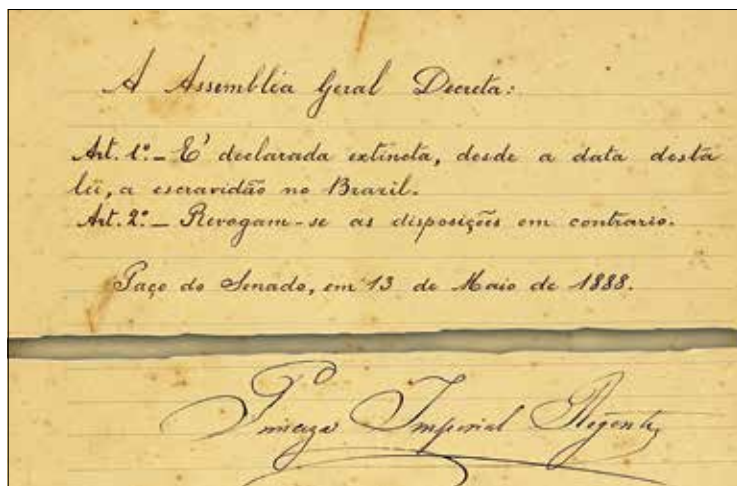
Entre os dados que comprovam o racismo no Brasil, o senador disse que, a cada 100 pessoas assassinadas no país, 71 são negras, segundo o Atlas da Violência.

— Os negros também são afetados com maior gravidade por medidas de redução de garantias sociais, como a reforma trabalhista e a da Previdência.

Negros ficaram sem meios para viver, diz Confúcio Moura

Apesar do seu simbolismo, a Lei Áurea não combateu de verdade a escravatura, uma vez que os negros ficaram, na época, sem as mínimas condições de sobrevivência, disse Confúcio Moura (MDB-RO). Para o senador, a abolição foi legal, oficial, mas não foi uma abolição real e a imensa desigualdade social do país de hoje é reflexo disso.

— Até hoje se estabelece um fosso econômico e social grandioso entre as raças no Brasil. Os negros exercem os ofícios mais humildes, mais simples e mais pesados. Essa desigualdade é racial — disse.



Original da Lei Áurea, sancionada pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888